



A atuação da

CAPELANIA NAVAL

APÓS A INDEPENDÊNCIA

Israel Thiago Trota*

A origem do Capelão Naval remonta à assistência religiosa prestada a bordo dos navios portugueses durante as grandes viagens oceânicas, no acesso ao século 16. Os sacerdotes católicos foram inseridos na tradição nauta por meio do Padroado Português,⁽¹⁾ um acordo instituído entre a Santa Sé e Portugal. Por meio desta unificação de interesses entre o Estado e a Igreja, o Padroado Português passou a reger o serviço religioso



Nau de Pedro Álvares Cabral conforme retratada no Livro das Armadas

no Brasil, realizando concomitantemente sua evangelização e sua colonização. Nesse regime *“era natural e até compulsório que as Forças Armadas tivessem assistência religiosa”*.⁽²⁾

Os capelães navais fizeram-se presentes no Brasil Colônia, Império e República. O serviço religioso nos séculos iniciais foi composto majoritariamente por sacerdotes católicos, porém, nas últimas décadas, os pastores protestantes também foram inseridos no Quadro de Capelães Navais. O pastor presbiteriano Paulo Roberto Muniz Gomes foi o primeiro protestante da Marinha, admitido no concurso público de 1994, com seu ingresso na Marinha em 1995, disputando uma vaga com 110 candidatos.

Com os eventos comemorativos atinentes aos duzentos anos da Independência, o presente artigo destaca a atuação do Capelão Naval no período imediato após a Independência, na recém-formada Esquadra Brasileira, sua contribuição na qualificação do pessoal e sua ação de presença na Guerra do Paraguai, o capítulo épico da Marinha do Brasil.

OS CAPELÃES NAVAIS NA FORMAÇÃO DA ESQUADRA BRASILEIRA

Com a declaração da Independência em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I se viu pressionado pela necessidade de fortalecer e equipar a



O Almirante britânico
Thomas Cochrane
retratado por
James Ramsay

nova Armada Nacional e Imperial (nomenclatura – na época – correspondente a Marinha do Brasil). Neste fito, adquiriu novos navios e munições e contratou oficiais estrangeiros com experiência marinheira. O Almirante britânico Alexander Thomas Cochrane – com experiência nas guerras napoleônicas – assumiu o comando da Esquadra Brasileira. Com apenas duas semanas após sua chegada ao Brasil, já realizava sua primeira missão à frente da Esquadra Brasileira.⁽³⁾ Como Comandante do navio de guerra “Pedro I”, saía do porto do Rio de Janeiro para consolidar a causa da Independência nas províncias do Império.⁽⁴⁾

Se as revoltas provinciais tivessem obtido sucesso, o Império ficaria fragmentado gerando a conseqüente divisão do que hoje é o Brasil. Com o apoio religioso do Capelão Naval os marinheiros puderam lutar em defesa da unidade do Estado. Na fase do Império, em razão da topografia de alguns lugares entrecortados pelas águas (mares e rios), os meios navais foram largamente utilizados no transporte das forças militares, no apoio logístico das operações, em ações de bloqueio naval, bombardeio em fortificações de terra e em batalhas navais. A recém-formada Esquadra combateu os conflitos do Pará (Cabanagem), Bahia (Sabinada), Maranhão (Balaiada), Rio Grande do Sul (Farrapos ou Farroupilha) e Pernambuco (Praieira).⁽⁵⁾

O Capelão Naval português Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores, que já atuava como capelão de um navio de guerra desde 1806,⁽⁶⁾ foi incorporado em 3 de março de 1823 na Nau “Pedro I”.⁽⁷⁾ Ele fez parte da Esquadra liderada por Thomas Cochrane e participou como capelão no combate à Sabinada na Bahia e à Balaiada no Maranhão. Ambas as missões foram bem-sucedidas. Durante as operações da Esquadra, escreveu um registro histórico daquela missão. Sua narrativa “*in loco*”, feita no teatro de operação, foi publicada e contribuiu para enriquecer a historiografia brasileira.⁽⁸⁾ Paixão e Dores descreveu seu amor à Pátria e seu compromisso com a missão que lhe fora destinada:

Depois de dezessete annos de effctivo Serviço no Ministerio de Capellão a bordo dos navios da Armada Nacional [...] tive a honra de ser nomeado novamente pelo Capellão-mór da Armada Imperial a bordo da Náo Pedro Primeiro, aonde para servir neste Imperio a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro I, com toda a satisfação e verdadeiro character de Independente, assentei praça nesta ocasião assás critica e a mais perigosa, a tres de Março deste presente anno de 1823 (sic).⁽⁹⁾



Diário da Armada da
Independência, escrito pelo
capelão Paixão e Dores

Os conflitos subsequentes à emancipação política não se deram apenas nas províncias distantes, mas também aconteceram com as tripulações dos navios. Os capelães navais também colaboraram com a manutenção da ordem pública, por exemplo, o Capelão da Fragata “União”, Frei Bernardo Borges, ajudou a evitar um princípio de insurreição interna em seu navio, por isto foi agraciado pelo Imperador D. Pedro I.⁽¹⁰⁾

A CONTRIBUIÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DOS NOVOS MARINHEIROS

Com a Independência, a Armada Real Portuguesa foi transformada em Armada Nacional e Imperial. Este período foi marcado por uma transmigração de alguns dos meios navais da Marinha portuguesa para a Marinha brasileira. A nova Armada Nacional e Imperial precisava ser equipada com meios navais e pessoais. Os capelães navais fizeram parte do processo de reconstrução desta nova marinha. O Regimento Provisional para o serviço e disciplina das esquadras e navios da Armada Real de 1796 foi mantido como legislação. O capelão permaneceu atuando junto às tripulações.⁽¹¹⁾

O sistema de recrutamento e engajamento não primou pela qualificação do pessoal, visto que as necessidades do Império exigiam celeridade na chegada de uma nova força de marinheiros. Naquela época o Império era caracterizado por uma exigência social escravista. Grande parte da população recrutada era composta de negros escravizados ou forros, pardos ou brancos po-

bres. O substrato nacional recrutado não possuía qualificação intelectual e moral apropriada ao padrão militar exigido. Se isto não bastasse, os métodos de recrutamento foram coercitivos, principalmente para as camadas mais pobres e marginalizadas.⁽¹²⁾

É justamente neste contexto social que o serviço de assistência religiosa exerceu um papel fundamental. “Os capelães atuaram não apenas no aspecto religioso, mas, sobretudo na dimensão moral, educando, alfabetizando e catequizando os marinheiros”.⁽¹³⁾ Em 1833, praticamente uma década após a chegada desta nova força marinha, percebeu-se a necessidade de se criar o cargo de “Mestre da Escola” no fito de alfabetizar os iletrados e oferecer instrução moral aos indivíduos com comportamentos delituosos. Nos navios assistidos por um Capelão Naval, este cargo era desempenhado pelo religioso que, além de ensinar os alicerces da fé, ocupava-se com a alfabetização e escolarização dos novos marinheiros.⁽¹⁴⁾

É a partir da necessidade de qualificar o pessoal que surgem, durante o Império, as escolas preparatórias com cursos de adaptação à vida militar. Foi entre 1822 e 1889 que surgiram as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, a do Rio de Janeiro foi criada em 1840, as de Santa Catarina e Pernambuco foram criadas em 1857.⁽¹⁵⁾ A presença do Capelão Naval foi intensa nestas escolas, visto que na Proclamação da República o serviço religioso na Marinha contava com onze capelães, sendo que oito atuavam nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros com número acima de cem alunos, isto é, mais de 70% da força de trabalho dos capelães foi direcionada para a qualificação do pessoal.⁽¹⁶⁾

GUERRA DO PARAGUAI: ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO COMBATE

A Armada e o Exército Imperial realizaram operações conjuntas na Guerra do Paraguai. No estuário do Rio da Prata, em 11 de junho de 1865 aconteceu a famosa Batalha Naval do Riachuelo que marcou o triunfo da Armada Nacional e Imperial. O Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva decidiu de forma improvisada abalroar os navios paraguaios com a proa da Fragata “Amazonas”, navio capitânia que contava com o apoio religioso do Capelão Naval Francisco do





Treino da Armada Imperial
do Brasil na década de 1870

Foto de Marc Ferrez

Carmo Gomes Diniz.⁽¹⁷⁾

O Exército Imperial, em 1850, por meio da criação da “Repartição Eclesiástica do Exército”, oficializou a presença dos capelães dando-lhes patentes militares.⁽¹⁸⁾ Esta organização proporcionou que 37 capelães do Exército participassem da Guerra do Paraguai.⁽¹⁹⁾ Apesar de os capelães da Marinha não possuírem patentes de oficiais⁽²⁰⁾ e estarem em número menor (sete capelães),⁽²¹⁾ também atuaram com brilhantismo nas operações. Por causa do número limitado, os capelães navais se desdobraram no propósito de atender às tripulações dos navios.⁽²²⁾

O Capitão-Tenente Bonifácio Joaquim de Sant’Anna, Comandante da Corveta “Beberibe”, menciona com apreço a atuação do Capelão Naval da Fragata “Amazonas”, ao visitar o seu navio para assistir religiosamente sua tripulação. Durante a visita, foi surpreendido pelo ataque dos paraguaios em 14 de junho de 1865. Segundo o Comandante: “O capellão do vapor Amazonas, padre Francisco do Carmo Gomes Diniz, (...) desempenhou sua sagrada missão com todo o zelo, caridade e sangue frio (sic).”⁽²³⁾ Ele não se intimidou diante do ataque, mas continuou atendendo a todos que precisavam.

No *Diário da Campanha Naval do Paraguai*, Rocha cita várias ações religiosas nos meios navais durante a operação. Descreve as missas realizadas no navio “Apa” e outras celebrações, que às vezes contavam com a participação do Almirante e dos comandantes dos navios, e discorre sobre uma procissão com participação de diver-

sos comandantes.⁽²⁴⁾ Rocha também elogia um brilhante sermão ministrado pelo Frei Carneiro no dia 8 de dezembro de 1866,⁽²⁵⁾ assistido pelo Almirante da Esquadra, com seu Estado-Maior e comandantes de navios.⁽²⁶⁾

A brilhante atuação do Capelão Naval durante a Campanha do Paraguai foi documentada pelo relatório do Ministério da Marinha: “(...) os *paraguayos repellidos por todos os lados, (...) con-venceram-se a final de que era impossível a resistência, e entregaram as armas, attendendo às palavras evangélicas de um capellão da esquadra brasileira, o padre Ignacio Esmerati*” (sic).⁽²⁷⁾ No calor da batalha, movido pelo fogo sagrado, o Capelão Naval Ignácio Esmerati se voluntariou, arriscando a sua própria vida, para preservar a vida de brasileiros e paraguaios que fatalmente morreriam ao eclodir de um novo conflito. Seu ato de bravura foi uma demonstração aberta de amor ao próximo e compromisso militar. Dou-rado registra este acontecimento:

De certa feita, na tentativa de obter a ren-dição dos paraguaios que estavam sitiados, proposta feita pelos chefes aliados, General Rivas e Coronel Barros Falcão, e enviados dois parlamentares que foram repellidos à bala, ofereceu-se então o Padre Ignácio Esmerati, capelão da Esquadra, que erguendo a imagem santa do crucifixo, obteve ser ouvido e, falando-lhes a linguagem do Evangelho, convenceu-os que era inútil a bárbara e inútil resistência (sic).⁽²⁸⁾



Acima, celebração realizada pelo Capelão Naval Trota na capela do ComemCh em 2017. À direita, a bordo da Corveta "Barroso" na África do Sul e Moçambique

A Guerra da Tríplice Aliança permaneceu de 1865 a 1870. O Capelão Naval atuou em toda a extensão do conflito oferecendo sua ação de presença “no ambiente de necessidade, de confusão, de terror, de padecimento ou vulnerabilidade”.⁽²⁹⁾ Os capelães acalmavam as almas confortando os corações com palavras de auxílio e incentivo, principalmente nos momentos decisivos pré e pós-conflito. A figura do capelão militar conquistou o respeito de todos, do oficial general até o último soldado.⁽³⁰⁾

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história confirma a constante atuação do Capelão Naval na Marinha do Brasil, presente na Colônia, Império e República, desde a descoberta do Brasil pelos portugueses até os dias atuais. Como se pode observar, o serviço prestado pelos capelães navais não ficou restrito apenas à dimensão religiosa, mas também abarcou demandas relacionadas à motivação e à instrução moral/educacional. O Capelão Na-



val foi um importante elemento na manutenção da ordem e da disciplina entre os marinheiros. Além de atuar em missões operativas fornecendo o apoio religioso, também contribuiu para a qualificação da nova força marinheira, exercendo seu ministério sacerdotal nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros espalhadas pelo Brasil Imperial. Na Campanha do Paraguai, o Capelão Naval deixou eternizado na historiografia brasi-

leira seu exemplo de esforço, coragem, abnegação e amor à Pátria.

Atualmente, o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM), conta em 2022 (duzentos anos depois da Independência) com 57 capelães navais, sendo dezoito pastores e 39 padres. Na chefia do SARM está o CMG Frei Odécio Lima de Souza, da Ordem dos Frades Menores. A Lei nº 6.923 de 29 de junho de 1981, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, esclarece que a finalidade do ofício é “*prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas*”. ■

NOTAS

(1) Naquele período, o Papa delegou ao Rei de Portugal a atribuição exclusiva de gerir e custear as ações religiosas dentro dos domínios portugueses. Este tipo de acordo concedia ao Estado o direito de interferir nos assuntos da Igreja, em contrapartida existia a vantagem de conseguir o financiamento das ações evangelísticas em terras ultramarinas.

(2) CAPELAS NAVAIS. Rio de Janeiro: Laboratório de Ideias, 2013, p.22.

(3) A pequena Esquadra comandada por Lord Crochane era quase toda composta de embarcações de Portugal, incorporadas ao Brasil pela Independência. Nove navios faziam parte desta Esquadra: Pedro I (capitânea da missão), Ypiranga, Real Carolina, Niterói, Maria da Glória, Liberal, Guarany, Leopoldina e um Brigue-escuna não nomeado. NETO, H. F., Independência e Morte. p.252.

(4) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p.86.

(5) TROTA, I. T. Raízes históricas e atual missão do capelão naval: Um estudo teológico-pastoral em perspectiva protestante. Rio de Janeiro, 2020.160p. Dissertação de Mestrado em Teologia Sistemático-Pastoral. PUC-Rj, p.65.

(6) Ele também fez parte da Esquadra de Rodrigo Lobo durante a Revolução Pernambucana de 1817.

(7) PAIXÃO E DORES, Frei M. M. da. Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1938,, p.179.

(8) NETO, H. F. Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823). Brasília, 2015. 651p. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília, p.13.

(9) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. vol LX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1938, p.189.

(10) BRASIL. Decreto nº 0 de 14/12/1822 / IB - Império do Brasil (D.O.U. 14/12/1822). Concede o soldo de 18\$000 por mês ao Capelão da Fragata "União", Frei Bernardo Borges, ainda mesmo

desembarcado.

(11) DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL DA MARINHA. Guia Prático do Capelão Naval. Rio de Janeiro, 1988, p.9.

(12) JEHA, S. C. A Galera Heterogênea: Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial, c.1822 - c.1854. Tese de Doutorado em História. PUC-Rj, 2011, p.41.

(13) TROTA, I. T. op cit., p.64. Vale lembrar que a Lei Federal 6.923 que regulamenta o Serviço Religioso nas Forças Armadas estabelece o apoio as atividades morais como uma questão fundamental no serviço do capelão.

(14) DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL DA MARINHA. op cit., p.10.

(15) TROTA, I. T. op cit., p.64

(16) Ibid, p.76.

(17) SCHNEIDER, L. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguay (1864-1870). v.2. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1876, p.131.

(18) KOWALIK, A. Assistência Religiosa nas Forças Armadas. pp.1-15. Disponível em: <https://issuu.com/adamkow/docs/ass_rel.nas.for.armadas>. Acesso em 28 jan. 2021, p.2.

(19) TREVIZAN, M. B. Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay: 1864-1870. Anais... XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul (ANPUH): História e diversidade: ensino e pesquisa nas fronteiras. UCDB: Campo Grande-MS: 1 a 5 de outubro de 2012, pp.1-12.

(20) Eles eram considerados oficiais extranumerários.

(21) CAPELAS NAVAIS. op cit., p.24.

(22) TROTA, I. T. op cit., p.73.

(23) SCHNEIDER, L. op cit., p.131.

(24) ROCHA, M. C. Diário da Campanha Naval do Paraguai: 1866. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999, p.48, 62, 90, 97, 104, 109, 158, 161, 222.

(25) Dia da Conceição para os católicos.

(26) ROCHA, M. C. op cit., p.321.

(27) BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do Anno de 1868 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 14ª Legislatura. Publicado em 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 3 mar 2020, p.15.

(28) DOURADO, M. T. G. A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. São Paulo, 2010. 122p. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, p.182.

(29) DIONIZIO, A; SANTOS, I. Ministério de Capelania Militar: História, fundamentos e atuação da Igreja. Campo Grande: Néteser, 2019, p.27.

(30) DOURADO, M. T. G. op cit., p.180.

* Primeiro-Tenente Capelão Naval, Pastor da Assembleia de Deus, Doutorando em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio, Mestre em Teologia pela PUC-Rio